



## ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 53560.001866/2023-53

### Considerações Iniciais:

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação para o atendimento de demanda formalizada pelo documento SEI nº [10707797](#).

As seções abaixo realizam análise pontual de diversos aspectos da demanda e da futura contratação, seguindo orientações presentes na [Instrução Normativa 58/2022](#).

O presente documento segue modelo básico da Anatel formatado para atender aos comandos da supracitada Instrução Normativa, apresentando as análises de forma entendida como mais lógica para a correta conclusão sobre a viabilidade ou não da contratação.

**Após conclusão e aprovação do presente o mesmo será incluído no Sistema ETP digital.**

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do processo: [53560.001866/2023-53](#).

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O objeto deste instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização predial, com fornecimento de material, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, nas dependências da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), conforme especificações a serem dispostas em Termo de Referência. A presente contratação pretende dotar a Anatel/RN dos serviços de limpeza e higienização, garantindo assim condições de salubridade, funcionalidade, higiene e conforto.

2.2. Verifica-se que a empresa atualmente contratada para prestar os serviços de limpeza e conservação, por meio do Contrato 127/2020 - Anatel (SEI nº [6214207](#)), tem demonstrado dificuldades no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, de acordo com os Relatórios de Acompanhamento da Execução Contratual constantes do processo SEI nº 53560.003068/2020-13 de Acompanhamento da Execução. Cabe esclarecer que a Anatel não possui em seu quadro de pessoal nenhuma categoria funcional capaz de atender às demandas de limpeza, asseio e conservação.

2.3. A realização eficiente das atividades inerentes aos aludidos serviços garantirá condições de higiene adequadas ao desempenho das atividades, cuja interrupção comprometerá o fluxo dos trabalhos a serem executados. Além disso, proporciona ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção, conservação e preservação dos bens públicos, para que permaneçam em condições adequadas de utilização, desacelerando-se, dentro do possível, sua deterioração ordinária.

2.4. A contratação pretendida se dará em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pelas normas e legislações aplicáveis, de forma continuada. A Lei nº 14.133/2021 contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários, cuja paralisação poderá ocasionar transtornos ao bom andamento das atividades laborais e institucionais. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venha a comprometer a ordem e causar prejuízos para a Administração, inclusive a nível de saúde pública.

2.5. Os objetivos fundamentais da contratação são:

2.5.1. Garantir um ambiente limpo e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar;

2.5.2. Garantir a continuidade dos serviços, cuja interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos executados na Unidade Operacional; e,

2.5.3. Fortalecer o princípio da economicidade.

2.6. A contratação de única empresa justifica-se em razão do gerenciamento centralizado dos serviços facilitar a administração do Contrato, o acompanhamento, a fiscalização e a própria logística da empresa envolvida. A prestação dos serviços ora intentados não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, nos termos do Art. 4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

2.7. A discriminação dos quantitativos, a qualificação dos profissionais a serem contratados e o local de prestação de serviços encontram-se descritas na tabela abaixo:

UNIDADE DESCENTRALIZADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	CATEGORIA PROFISSIONAL/CBO	ENDEREÇO DA UNIDADE
UO09.1	Mês	30	Servente de Limpeza - 5143-20	Avenida Rodrigues Alves, nº 1187, Tirol, Natal-RN

2.8. A contratação compreende, além da mão de obra especializada, o fornecimento dos materiais, equipamentos, como EPIs, e todos os insumos necessários à execução dos serviços, conforme especificado no Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo preparatório à licitação do objeto em pauta. Ressalte-se que os procedimentos e condições para a contratação pretendida atenderão ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 e em legislação correlata.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. **Área Requisitante:** Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1).

3.2. **Responsável:** Lívio Peixoto do Nascimento

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Da execução indireta:**

4.1.1. O Decreto nº 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

- Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:
- I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
  - II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;
  - III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e
  - IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.
- § 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.1.2. Estando o serviço que se pretende contratar acolhido pelo normativo supracitado, decide-se por instruir o processo para análise da viabilidade da sua execução indireta, mediante contratação de empresa que cumpra os requisitos a seguir elencados.

4.2. **Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

4.2.1. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser realizados nas instalações da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), localizada na Avenida Rodrigues Alves, nº 1187, Tirol, Natal-RN, CEP 59020-200, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.

4.2.2. O licitante deverá colocar à disposição da Anatel funcionários com, no mínimo, ensino fundamental completo, capazes de ler e interpretar rótulos de materiais de limpeza, comunicados, avisos e advertências que eventualmente receba.

4.2.3. O licitante deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato de serviços continuados em quantidades compatíveis com a necessidade definida pela Anatel. Deverá apresentar os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

4.2.4. No Edital deverá ser prevista a adoção da Conta-Depósito Vinculada, nos termos do Art. 121, § 3º, Inciso III da Lei nº 14.133/2021.

4.2.5. O licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 03 (três anos) na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, conforme Anexo VII-A, da IN 05/2017.

4.2.6. A contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

4.2.7. A Empresa deverá entregar Declaração que informe a posse dos documentos relacionados abaixo atualizados ou que reunirá condições de apresentar tais documentos no ato de assinatura do Contrato:

4.2.7.1. Apresentação de Declaração de Visita Técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços, respeitando as orientações que deverão estar contidas no Termo de Referência ou Edital.

4.2.7.2. Declaração de que o licitante **possui escritório ou representante** na cidade de Natal/RN, com poderes para em seu nome atender integralmente quaisquer demandas da CONTRATANTE, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da vigência do Contrato. As declarações deverão ser elaboradas preferencialmente em papel timbrado da empresa, contemplando assinatura e identificação do responsável legal da licitante.

4.2.7.3. Fica facultada visita periódica do representante às instalações da Contratante, para verificar o andamento do Contrato e dos serviços prestados. O serviço contratado deverá ser executado durante o horário de expediente regular da Anatel.

4.2.8. Os funcionários que compuserem o quadro fixo de profissionais da Contratada, bem como os funcionários que sejam feristas e coberturas, deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam que o andamento da prestação dos serviços se dê de acordo com o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

4.2.9. De acordo com o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observando-se a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local a ser prestado o serviço contratado.

4.3. As produtividades mínimas estabelecidas pelo Anexo VI-B, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 para Áreas Interna, Externa e Esquadria Externa, aplicáveis à presente contratação, são:

4.3.1. Áreas Internas:

a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m²;

b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;

c) Laboratórios: 360 m² a 450 m² ;

d) Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m²;

e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m² ;

f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e

g) Banheiros: 200 m² a 300 m².

4.3.2. Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m²;
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;
- c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m²;
- e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m²; e
- f) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².

4.3.3. Esquadrias Externas:

- a) face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
- b) face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e
- c) face interna: 300 m² a 380 m².

4.3.4. Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico.

4.3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².

4.3.5.1. METRAGENS ESTIMADAS:

- a) Áreas internas / pisos frios: 1.022 m²;
- b) Áreas externas / pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1.367 m²;
- c) Esquadrias / face externa sem exposição a situação de risco: 103 m².

4.4. Considerando que a carga horária da presente contratação será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e as produtividades mínimas estabelecidas na norma supracitada, tem-se:

Área	Demanda (m²)	Frequência mensal*	Produtividade mínima (m²) <sup>(1)</sup>	Fator de Conversão <sup>(2)</sup>	Quadro estimado <sup>(3)</sup>
Interna	1.022	Diária	800	0,00125	1,28
Externa	1.367	Diária	1800	0,00055556	0,76
Esquadria Externa	103	Quinzenal	300	0,000283	0,155400155
Quantidade exata de serventes para os serviços continuados					2,19
Quantidade sugerida de serventes para os serviços continuados					2

Legenda das observações:

- <sup>(1)</sup> Produtividade mínima especificada conforme Anexo VI-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, item 3;
- <sup>(2)</sup> Fator de conversão = (1/produtividade mínima) x frequência;
- <sup>(3)</sup> Quadro estimado = área demandada x fator de conversão

\* Essa frequência refere-se à frequência mensal. Em média, por mês, 16 horas de limpeza das esquadrias por mês. Consideramos para este cálculo, que o mês possui possui 4,29 semanas, o que resulta numa jornada de 188,76 horas mensais. Na conversão, para a área interna consideramos 16 horas / 188,76 horas mensais.

4.5. Sendo assim, em conformidade com o resultado da planilha de produtividade elaborada com base na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 (acima) e após os cálculos totais das áreas a serem limpas e conservadas, a contratação sugere a disponibilização de 2 (dois) serventes de limpeza para executar as tarefas diárias de limpeza de área interna e externa e, quinzenalmente, a limpeza das faces externas das fachadas envidraçadas.

4.6. Com relação à especificação e ao quantitativo de materiais e equipamentos, estes serão individualizados em lista descrita na Planilha de Custos e Formação de Preços, que será anexa posteriormente ao Termo de Referência.

4.7. Para os materiais de consumo de higiene e utensílios de higiene foi feita estimativa da população considerando o quantitativo habitual (servidores e terceirizados) e o sazonal de pessoas que frequentam o edifício (servidores de outras gerências, cidadãos que demandam serviços da agência, representantes das empresas reguladas, prestadores de serviços e outros), totalizando uma população fixa de 21 pessoas e uma população flutuante mensal de 97 pessoas. Desta forma, estima-se uma população mensal total de 118 pessoas.

4.8. Insta notar que tal planilha terá cunho orientativo, haja vista estar submetida a uma série de condicionantes, como produtividade dos funcionários, qualidade do material utilizado, tipo de equipamentos utilizados, entre outros.

4.9. O quantitativo de serviços contratados, para efeito de acompanhamento físico do contrato e pagamento, considerará como unidade de medida o metro quadrado (m<sup>2</sup>) de área a ser limpa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

4.10. O quantitativo de materiais de consumo, utensílios de limpeza e equipamentos considerará como unidade de medida as usualmente empregadas no comércio atacadista para cada tipo de material, que são as designadas na planilha de custos e formação de preços.

4.11. **Natureza do serviço:**

4.11.1. A contratação em tela se enquadra na definição de serviços comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, podendo ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais de mercado.

4.11.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.11.3. O serviço é classificado como de natureza continuada, por força do disposto no art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. Ademais, os serviços de limpeza, quando contratados de forma continuada, revelam-se menos onerosos para a Administração, haja vista a possibilidade de a empresa Contratada poder diluir o custo dos insumos empregados na prestação dos serviços em uma quantidade maior de meses, o que minimiza o custo mensal do contrato.

4.11.4. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte: Servente de limpeza – CBO 5143-20.

4.11.5. Código SIASG para o serviço de limpeza: **CATSER - 24023** - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - OUTRAS NECESSIDADES.

4.11.6. A seleção da empresa para a prestação dos serviços a serem contratados pode ser realizada com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, não necessitarem de avaliação minuciosa e serem facilmente encontráveis no mercado.

4.12. **Crítérios e práticas de sustentabilidade:**

4.12.1. As licitantes deverão observar os critérios e práticas de sustentabilidade (na elaboração de suas propostas e na execução dos serviços) especificadas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assim como nas disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, no que couber.

4.12.2. A contratada deverá atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela contratante quanto às compras de materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços contratados, como segue:

- 4.12.2.1. O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas deste processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.
- 4.12.2.2. A CONTRATADA deverá observar, além da legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho e às normas coletivas da categoria profissional, as normas de segurança e saúde do trabalho.
- 4.12.2.3. É obrigação da CONTRATADA treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.
- 4.12.2.4. É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços. Devem ser disponibilizados todos os EPI's aplicáveis e necessários ao desenvolvimento das atividades de forma segura.
- 4.12.2.5. A CONTRATADA deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento das substâncias domissanitárias, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.
- 4.12.2.6. A CONTRATADA deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.
- 4.12.2.7. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.
- 4.12.2.8. A CONTRATADA deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo Órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
- 4.12.2.9. É obrigação da CONTRATADA respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 4.12.2.10. A CONTRATADA deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
- 4.12.2.11. É obrigação da CONTRATADA a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela CONTRATANTE.
- 4.12.2.12. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.
- 4.12.2.13. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.
- 4.12.2.14. É de responsabilidade da CONTRATADA a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.
- 4.12.2.15. É obrigação da CONTRATADA a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.
- 4.12.2.16. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.
- 4.12.2.17. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

4.12.2.18. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

4.12.3. Constituem prática ambientais a serem consideradas no Termo de Referência:

4.12.4. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, visando a otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis, observadas as normas vigentes, devendo ainda a Contratada:

- a) orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;
- b) utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- c) comprovar o disposto acima, mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

4.12.5. O disposto no item anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

4.12.6. Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências como:

- I - vazamentos em torneiras ou sifões de lavatório e pias;
- II - portas e fechaduras quebradas;
- III - tomadas e espelhos soltos;
- IV - pias entupidas e inoperantes;
- V - necessidade de reparo/manutenção nos equipamentos.

4.12.7. Não utilizar produtos que contenham o BENZENO em sua composição, conforme Resolução - RDC n.º 252 de 16/9/2003. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela ANATEL ao Órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

#### 4.13. **Avaliação da duração inicial do contrato:**

4.13.1. O Contrato decorrente deste processo terá duração de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, no termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

4.13.2. Não há, na legislação vigente, obrigatoriedade de que o prazo inicial de um contrato continuado seja fixado inicialmente em 12 meses. Na falta de obrigação legal pode a Administração optar por prazo diverso e a adoção do período de 30 (trinta) meses, passível de prorrogação até o máximo de 120 (sessenta) meses, é juridicamente possível.

4.13.3. A Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU dispõe que: “Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originariamente”.

4.13.4. Muitas vezes, o que ocorre é que a renovação dos contratos de execução continuada, como os de limpeza, copeiragem, vigilância, locação de veículos etc. não têm o condão de obter condições mais vantajosas para a administração, vez que as empresas contratadas por 12 meses se negam a oferecer melhores preços frente à forte expectativa de renovação do acordo. Isto porque, caso a Administração não renove o contrato, terá sérios problemas para ultimar nova licitação em prazo bastante exíguo, recorrendo, via de regra, à dispensa de licitação imposta pela emergência na continuidade dos serviços (Art. 75 da Lei nº 14.133/2021). Conforme se depreende, portanto, ao poder público resta reduzida capacidade de negociação.

4.13.5. Neste diapasão, a interpretação do art. 105 da Lei nº 14.133/2021 que possibilitaria um melhor cumprimento do princípio da "supremacia constitucional" é no sentido de que a contratação de prestações contínuas poderá ser feita por período superior a um ano. Agindo desta forma, a Administração poderia, sem sombra de dúvidas, realizar negócios mais vantajosos, por menores preços, resguardando a um só tempo a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e a economicidade.

4.13.6. O contrato mais longo propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente pode melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à administração um preço mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses. Ora, um maior período inicial permite que a contratada possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Não obstante, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulta em benefícios econômicos e operacionais para o Órgão contratante.

4.13.7. Considerando as vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos da Anatel) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial) para a Anatel e, ainda, considerando que não há óbice legal, a Administração optou pela formalização do contrato com vigência de 30 (trinta) meses.

#### 4.14. **Riscos relacionados à não celebração do contrato:**

4.14.1. A contratação dos serviços ora pretendidos garantirá condições de higiene adequadas ao desempenho das atividades, cuja interrupção comprometerá o fluxo dos trabalhos a serem executados na Unidade Operacional, inclusive, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção, conservação e preservação dos bens públicos, para que permaneçam em condições adequadas de utilização. Portanto, a descontinuidade da prestação comprometerá a ordem e causará prejuízos para a Administração, inclusive a nível de saúde pública.

#### 4.15. **Necessidade de transição contratual:**

4.15.1. A contratação pleiteada visa substituir o Contrato 127/2020 - Anatel (SEI nº [6214207](#)), que não será prorrogado, tendo em vista as dificuldades da Contratada no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, de acordo com os Relatórios de Acompanhamento da Execução Contratual constantes do processo SEI nº 53560.003068/2020-13 de Acompanhamento da Execução, sendo necessária, portanto, uma nova contratação, levando em consideração a essencialidade dos serviços a serem prestados, devendo a empresa vencedora da Licitação adequar-se às metodologias da Agência até o prazo supramencionado.

4.15.2. Por se tratar de serviço comum, e em razão da baixa complexidade na execução do objeto, não se faz necessária a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

### 5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

5.1.1. **Alternativa 1:** Execução de forma indireta (terceirização), com contratação de serviços e materiais realizada separadamente.

a) Descrição: Contratação de terceirizada de serviços de limpeza e conservação, sem o fornecimento de materiais pela empresa terceirizada;

b) Pontos positivos: Valores de contratos mais baixos, tanto para o fornecimento do serviço, quanto do material a ser adquirido;

c) Pontos negativos: problemas de atribuição de qualidade do serviços por alegações recíprocas, tanto da empresa fornecedora do serviço, quanto da fornecedora do produto, quando houver necessidade de se atribuir responsabilidades quanto ao resultados dos serviços executados; maior necessidade de pessoal para a fiscalização de dois contratos; maior número de ocorrências na gestão de contratos.



5.1.2. **Alternativa 2:** Execução de forma indireta (terceirização), com contratação conjunta de serviços e materiais.

- a) Descrição: Contratação de forma terceirizada de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de materiais pela empresa terceirizada;
- b) Pontos positivos: Contratação integrada e ajustada às demandas da Unidade. Maior integração em resultados e insumos empregados;
- c) Pontos negativos: custos maiores que a contratação de materiais e serviços realizada separadamente.

5.2. Avaliando as soluções encontradas no mercado para o presente feito, tem-se que a contratação de serviço de limpeza e conservação conjuntamente ao fornecimento de materiais e equipamentos proporciona melhora na eficiência e na economicidade da gestão, controle e fiscalização do contrato. Em razão do objeto pretendido pela licitação, as despesas pertinentes aos materiais envolvidos na execução dos serviços são incidentais ao objeto do certame licitatório, integrando o contrato por força de ganho de eficiência para a execução do serviço, e não por interessar a Anatel a aquisição de materiais de limpeza.

5.3. Ainda, à guisa do percentual de participação do custo do pacto com materiais de limpeza, na execução dos pactos dessa natureza, tem-se que estes insumos representam um percentual inexpressivo do total despendido para seu o adimplemento, número que, em princípio, não se revela significante a ponto de tornar necessária e mais benéfica para a Administração a alteração da forma de contratação atualmente empreendida na UO09.1, passando-se a adquirir e pagar os materiais de limpeza em separado.

5.4. Outrossim, essa alteração na sistemática de contratação acarretaria o aumento de custos administrativos de gestão e fiscalização da execução do ajuste; os custos adicionais seriam maiores, ao menos em tese, que a provável economia pretendida, de sorte que a relação custo/benefício da medida seria desfavorável ao erário.

5.5. Caso a Administração viesse a realizar a compra dos materiais e equipamentos devemos considerar outros custos envolvidos, quais sejam: a remuneração dos servidores que se ocupariam dessa atividade em detrimento de outras mais prioritárias, as publicações necessárias, transporte, armazenagem e eventuais perdas. Destaca-se, ainda, os fardos de papel higiênico e papel toalha, os quais necessitam de grandes áreas para a armazenagem, recaindo sobre a Administração mais um encargo, o de providenciar um espaço suficientemente adequado para a devida armazenagem dos materiais e equipamentos.

5.6. O gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza, materiais e equipamentos (incluindo papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, materiais e equipamentos necessários com as quantidades devidas para atender a perfeita execução do serviço de limpeza, conservação e asseio) pela empresa propicia a melhor integração das atividades com menor probabilidade de falta de materiais e melhor resultado dos serviços. Prezando sempre pela eficiência, eficácia e efetividade do serviço prestado.

5.7. **Da consulta ou audiência pública**

5.7.1. A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

5.8. **Solução escolhida:**

5.8.1. Optou-se pela **Alternativa 2**.

5.9. **Justificativa da alternativa escolhida:**

5.9.1. Os serviços em tela se caracterizam como contínuos, eis que de pactuação rotineira pela Administração Pública, contribuindo diretamente para que a Unidade Contratante possibilite a atuação laboral ordinária de seus servidores e colaboradores, por assegurar um ambiente salubre e asseado.

5.9.2. Ainda, a natureza de tais serviços vem a ser contínua, nos moldes definidos pelo Anexo VI-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, ensejando potenciais prejuízos operacionais. Por tal motivo, prolonga-se no tempo, caracterizando-se pela prática de atos reiterados, prestados de maneira ininterrupta e indiferenciada.

5.9.3. Os serviços que são objeto do aludido contrato têm o intuito de dar apoio às atividades indispensáveis ao funcionamento da Agência, tratando-se de serviços de menor complexidade.

5.9.4. O fornecimento de saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação consta no escopo da Metodologia de Referência dos Serviços de Limpeza e Conservação da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

5.9.5. Desta forma, caso a Administração resolvesse fazer a separação destes itens, teria que comprovar a viabilidade técnica, o que não é o caso, já que o fornecimento conjunto de materiais e serviços, no caso do serviço de limpeza e conservação, se mostra mais adequado pelos seguintes motivos:

- a) Proporcionar redução de custos com os insumos, visto que estes são fornecidos com menores preços, obtidos pelas compras em grande escala, que podem ser realizadas pelo prestador de serviços;
- b) Proporcionar a gestão centralizada do serviço que, em consequência, possibilita a obtenção de melhor desempenho, disponibilidade, utilização de recursos e custos de forma mais ágil e exata, permitindo melhor planejamento, tomadas de decisão e ações rápidas, cada vez mais demandadas pelos ambientes produtivos;
- c) Redução do risco operacional de paralisação de atividades por falta de um ou mais serviços, bem como sobre a questão da responsabilidade civil entre contratadas distintas, em eventuais sinistros, em razão da criticidade dos serviços de limpeza, bem como dos insumos diretamente relacionados, cuja falta pode comprometer a salubridade do ambiente de trabalho;
- d) Permitir a redução da necessidade de infraestrutura de logística para atendimento de solicitações e distribuição de insumo/consumíveis, considerando a limitação de espaço do prédio da Unidade;
- e) Redução de todo o trabalho operacional necessário aos trâmites administrativos e legais envolvidos nos processos de licitação para aquisição de insumos/consumíveis e contratação de demais serviços.

5.9.6. Não obstante a existência de normativo que exclui o papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido da definição de saneantes domissanitários, fazendo com que não conste mais no rol de obrigações da contratada o fornecimento destes materiais, ainda é facultado à Administração optar pela sua inclusão no rol de especificações do serviço.

5.9.7. Neste aspecto, considerando que o quantitativo estimado para o objeto em tela é de pequena monta, se comparado aos demais itens a serem adquiridos, tem-se que a aquisição em separado desses materiais não seria vantajosa, pois demandaria a criação de uma estrutura para compra, guarda e manutenção dos insumos, gerando um custo indireto para a gestão.

5.9.8. Além disso, a pequena quantidade tende a refletir no custo final dos bens a serem adquiridos, já que esse custo tende a ser inferior quando os materiais são adquiridos pela empresa terceirizada, que, agrupando as necessidades desta Administração às suas obrigações em outras contratações, deve adquirir uma quantidade sensivelmente superior dos insumos, resultado em potencial economia de escala, podendo, assim, obter preços mais reduzidos que a Administração.

5.9.9. Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos) assim dispõe:

Art. 40 - O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 2º - Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

(...)

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

Art. 47 - As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

(...)

5.9.10. Aplica-se também à situação vertente o disposto na supracitada Súmula 247 do TCU, porquanto a divisibilidade dos insumos adquiridos, com a exclusão dos itens papel higiênico e sabonete líquido, se mostraria providência prejudicial ao conjunto contratual ora em construção.

5.9.11. À luz do caso concreto do serviço de limpeza e conservação com a legislação vigente e com as decisões do TCU, e levando em consideração que cabe à área técnica identificar a viabilidade técnica e econômica de agrupamento ou do parcelamento de itens de modo a aproveitar as peculiaridades do mercado, é possível concluir que a alternativa de agrupamento dos serviços com materiais é a que melhor atende às necessidades da Administração.

#### 5.10. Enquadramento do bem e serviço a ser contratado como comum:

5.10.1. Os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.10.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.10.3. Os serviços a serem contratados deverão ser prestados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução, como um todo, consiste na terceirização do serviço de limpeza e conservação a ser prestado nas instalações do Escritório Regional da Anatel no Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), por meio da contratação de empresa para fornecer mão de obra capacitada para a execução dos serviços, bem como materiais de consumo, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução do objeto.

6.2. **Os serviços serão prestados por empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, nas dependências da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), localizada na Av. Avenida Rodrigues Alves, 1187, Tirol, Natal-RN.**

6.3. O horário de funcionamento da Anatel é de segunda a sexta-feira, das 7 às 20 horas, **devendo a contratada prestar os serviços de limpeza no período compreendido entre 7 e 17 horas, com intervalo de 1 hora para refeição e descanso**, sempre respeitando a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. Eventuais alterações de horário poderão ser acordadas entre a contratada e a contratante.

6.3.1. Os horários acima estabelecidos poderão ser alterados pela Administração mediante comunicação formal à Contratada.

6.4. O controle do cumprimento da carga horária estabelecida será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

6.5. Em essência, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por **metro quadrado (m²)** para limpeza e conservação das áreas internas, externas, e das esquadrias externas, observadas a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço, nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

6.6. Para a execução dos serviços de limpeza são necessários profissionais com habilidades e requisitos específicos, tais como, faxineiros, serventes ou auxiliares de limpeza, conforme **código nº 5143-20, da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego**. Para esse cargo, deverão ser tomados como referência os seguintes perfis e habilidades:

a) Convenção Coletiva de Trabalho e respectivo(s) Termo(s) Aditivo(s) vigente(s), firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ nº 40.756.462/0001-58 e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ nº 24.192.916/0001-59, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego;

- b) Escolaridade exigida: ensino fundamental completo;
- c) facilidade de comunicação, autodomínio, disciplina, simpatia, iniciativa e aptidão física para o desempenho das atribuições;
- d) Comportamento cortês e prestativo.

6.7. A contratada deverá providenciar para que os profissionais indicados apresentem-se trajando uniformes fornecidos pela própria empresa, às suas expensas, **conforme definição e quantitativo constante na Planilha de Custos e Formação de Preços.**

6.8. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente do setor de licitações, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

6.9. Na análise do pedido a Administração deverá observar se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.

6.10. Para os fins a que este instrumento se destina, define-se:

- a) áreas internas: área edificada do imóvel, compreendendo banheiros e seus acessórios, escritórios, copa, depósitos, garagens, cabine de elevadores, hall, recepção, incluindo pisos (frios, elevados, emborrachados, vinílicos, assoalhos, tábuas corridas, tacos e carpetes), tapetes, escadarias, corrimãos, mármore, granitos, mobiliários, equipamentos, painéis de divisórias, tetos, luminárias, saídas de ar-condicionado, forros, espelhos, azulejos, cortinas, persianas, cinzeiros e lixeiras;
- b) áreas externas: área não edificada, mas integrante do imóvel, compreendendo jardins, áreas verdes, calçadas, pátios, estacionamentos, garagens, varandas, portões, grades, totens, placas, luminárias, calhas, toldos, vias de circulação e lixeiras;
- c) esquadrias externas: compreendendo a face interna e a face externa de portas, janelas, vitrôs e brises.

## PERIODICIDADE E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DA LIMPEZA

### 6.11. ÁREAS INTERNAS

6.11.1. Serviços a serem executados de forma diária, quando não definido de forma diversa:

- a) remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- b) remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- c) proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, **duas vezes ao dia**;
- d) varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- e) varrer os pisos de cimento;
- f) limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, **duas vezes ao dia**;
- g) abastecer com papel toalha, papel higiênico, desodorizador sanitário e sabonete líquido os sanitários, sempre que necessário;
- h) retirar o pó dos telefones e equipamentos similares com flanela e produtos adequados;
- i) limpar os elevadores com flanela e produtos adequados;
- j) passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;

- k) retirar o lixo **duas vezes ao dia**, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- l) deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995;
- m) limpar e polir os balcões e corrimãos;
- n) conservar todos os vasos ornamentais, mantendo-os sempre limpos;
- o) proceder com a odorização dos ambientes (Salas e Banheiros), no início da manhã e tarde;
- p) passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas de vidro e similares, inclusive da copa;
- q) executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.11.2. Serviços a serem executados de forma semanal, quando não definido de forma diversa:

- a) limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- c) limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;
- d) lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) aspirar o pó e limpar, com produto apropriado, as forrações de couro, tecido ou plástico em assentos e poltronas;
- f) limpar e polir com flanela, aplicando polidor de metais de boa qualidade, todos os metais, como válvulas, registros, corrimãos, sifões, fechaduras, guarnições de mesas e cadeiras e outras superfícies metálicas, assim como placas e letreiros das instalações prediais etc.;
- g) lavar os balcões e os pisos vinílicos, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- h) passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- i) limpar os espelhos e vidros com pano umedecido em álcool ou limpa-vidros, três vezes por semana;
- j) retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- k) limpar paredes e rodapés com pano úmido;
- l) lavar todas as escadas internas e externas, inclusive azulejos, utilizando material não corrosivo;
- m) executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.11.3. Serviços a serem executados de forma mensal, quando não definido de forma diversa:

- a) limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- b) limpar forros, paredes e rodapés, procedendo à retirada de manchas;
- c) limpar cortinas e persianas, com equipamentos, acessórios e produtos adequados;
- d) limpar tetos, promovendo a retirada de pó e teias de aranha;
- e) efetuar a limpeza completa dos bebedouros com produto apropriado;
- f) proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

6.11.4. Serviços a serem executados de forma anual, quando não definido de forma diversa:

- a) efetuar lavagem das áreas acarpetadas e tapetes com produtos adequados;
- b) proceder pelo menos duas vezes ao ano desinsetização, descupinização e desratização de todas as áreas e dependências da Anatel, sendo ainda responsável pela contratação de empresa capacitada para tal fim.

#### 6.12. ÁREAS EXTERNAS

6.12.1. Serviços a serem executados de forma diária, quando não definido de forma diversa:

- a) remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- b) varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- c) varrer as áreas pavimentadas;
- d) retirar o lixo **duas vezes ao dia**, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- e) efetuar a limpeza dos detritos nas áreas verdes;
- f) executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.12.2. Serviços a serem executados de forma semanal, quando não definido de forma diversa:

- a) limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- b) lavar os pisos vinílicos, de granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, e lustrar;
- c) retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- d) executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### 6.13. ESQUADRIAS EXTERNAS

6.13.1. Serviços a serem executados de forma mensal, quando não definido de forma diversa:

- a) limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

6.14. Observações sobre o serviço de limpeza, conservação e higienização interna e externa:

- a) a limpeza das esquadrias externas (face externa) deverá acontecer sem exposição a risco, com a utilização de equipamentos de proteção e segurança apropriados e/ou outros acessórios;
- b) as estações de trabalho, armários e mesas, cuja composição seja de laminado melamínico de baixa pressão, deverão ser limpos através da aplicação de pano macio embebido de álcool e, para manchas mais resistentes, utilizar detergente neutro e esponja macia, retirando com pano úmido. Nunca usar produtos abrasivos, como saponáceos ou à base de petróleo;
- c) a CONTRATADA deverá recolocar rigorosamente em seus devidos lugares após o uso, todos os produtos, equipamentos e utensílios, devidamente limpos e secos, assim como providenciar para que todas as janelas sejam fechadas, as luzes apagadas (quando nenhum servidor estiver trabalhando) e máquinas elétricas desligadas;
- d) na eventual falta de água no prédio a CONTRATADA deverá providenciar o seu fornecimento através de caminhões-tanque, sem nenhum ônus adicional a esta Gerência Regional, para que o serviço de limpeza não seja interrompido ou diminuído em sua qualidade;
- e) os serviços deverão ser executados de maneira contínua, sem causar prejuízo ao andamento normal dos trabalhos, ficando sob a total responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer área que esteja por ela sendo utilizada;

- f) as tarefas descritas nos itens deste anexo, quando julgadas necessárias poderão ser reexecutadas, tantas vezes quantas necessárias, até satisfazer a condição final de pleno atendimento;
- g) quando da retirada de toda e qualquer espécie de material inservível pertencentes à Anatel, consultar a fiscalização da mesma para autorizar e determinar o destino;
- h) a CONTRATADA deverá tomar o máximo cuidado na execução das lavagens a fim de evitar qualquer penetração de água nas caixas de passagem e tomadas existentes.

6.15. Definição de Saneantes Domissanitários: são substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b) detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;
- c) são equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

### **NORMATIZAÇÃO APLICÁVEL**

6.16. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as normas de segurança expedidas pelo Ministério do Trabalho, especificamente a NR-21 - Trabalho a céu aberto, a NR-09 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e NR17 - Ergonomia.

6.17. De acordo com o que prescreve a NR-21-Trabalho a céu aberto, aprovada pela Portaria nº 9 3.214, de 8/6/1978, serão exigidas medidas especiais que protejam os trabalhadores contra insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes.

6.18. A empresa contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho vigentes, para atividades desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

6.19. A contratada somente poderá fornecer ao empregado EPI aprovado pelo MTE e de empresa cadastrada no Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador do Ministério do Trabalho.

6.20. Considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, durante a execução dos serviços.

6.21. A contratada deverá exigir e monitorar o uso adequado dos EPIs de seus empregados, bem como adotar medidas administrativas caso o trabalhador que, sem motivo Justificado, recusar-se a usar o EPI necessários a sua atividade.

6.22. **A relação de EPI's, uniformes, materiais, utensílios e equipamentos está disposta na Planilha de custos e Formação de Preços.**

### **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. O método a ser utilizado para quantificar a contratação será o metro quadrado (m²).

7.2. De acordo com o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observando-se a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local a ser prestado o serviço contratado.

### **7.3. METRAGENS ESTIMADAS:**

- a) Áreas internas / pisos frios: 800 m²;
- b) Áreas externas / pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1.800 m²;
- c) Esquadrias / face externa sem exposição a situação de risco: 300 m².

7.4. **Definição da quantidade de serviços de limpeza e conservação**

- 7.5. As produtividades mínimas estabelecidas pelo Anexo VI-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicáveis às necessidades da presente contratação, são:
- a) Áreas internas / pisos frios: 800 m²;
  - b) Áreas externas / pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1.800 m²;
  - c) Esquadrias / face externa sem exposição a situação de risco: 300 m²

7.6. Considerando que a carga horária da presente contratação será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e as produtividades mínimas estabelecidas na norma supracitada, tem-se:

Área	Demanda (m²)	Frequência mensal*	Produtividade mínima (m²) <sup>(1)</sup>	Fator de Conversão <sup>(2)</sup>	Quadro estimado <sup>(3)</sup>
Interna	1.022	Diária	800	0,00125	1,28
Externa	1.367	Diária	1800	0,00055556	0,76
Esquadria Externa	103	Quinzenal	300	0,000283	0,155400155
Quantidade exata de serventes para os serviços continuados					2,19
Quantidade sugerida de serventes para os serviços continuados					2

Legenda das observações:

(1) Produtividade mínima especificada conforme Anexo VI-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, item 3;

(2) Fator de conversão = (1/produtividade mínima) x frequência;

(3) Quadro estimado = área demandada x fator de conversão

\*Essa frequência refere-se à frequência mensal. Em média, por mês, 16 horas de limpeza das esquadrias por mês. Consideramos para este cálculo, que o mês possui possui 4,29 semanas, o que resulta numa jornada de 188,76 horas mensais. Na conversão, para a área interna consideramos 16 horas / 188,76 horas mensais.

7.7. Sendo assim, em conformidade com o resultado da planilha de produtividade elaborada com base na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 (acima) e após os cálculos totais das áreas a serem limpas e conservadas, a contratação sugere a disponibilização de 2 (dois) serventes de limpeza para executar as tarefas diárias de limpeza de área interna e externa e, quinzenalmente, a limpeza das faces externas das fachadas envidraçadas.

7.8. **Definição de quantidade de materiais, utensílios e equipamentos**

- 7.8.1. Para estimar a quantidade de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza a serem utilizados no contrato, foram estimadas quantidades compatíveis com a área e o serviços a serem executados, tomando por base os contratos anteriores da UO09.1.
- 7.8.2. Além disso, foi feita estimativa da população considerando o quantitativo habitual (servidores e terceirizados) e o sazonal de pessoas que frequentam o edifício (servidores de outras gerências, cidadãos que demandam serviços da agência, representantes das empresas reguladas, prestadores de serviços e outros), totalizando uma população fixa de 21 pessoas e uma população flutuante mensal de 97 pessoas. Desta forma, estima-se uma população mensal total de 118 pessoas.
- 7.8.3. O fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos é realizado sob demanda, permitindo que apenas os itens efetivamente fornecidos sejam pagos à contratada.
- 7.8.4. As especificações e quantidades de materiais, equipamentos e utensílios serão detalhados em lista específica na Planilha de Custos e Formação de Preços, que será anexa ao Termo de Referência, futuramente produzido.
- 7.8.5. O quantitativo de materiais de consumo, utensílios de limpeza e equipamentos considerará como unidade de medida as usualmente empregadas no comércio atacadista para cada tipo de material, que são as designadas na planilha de custos e formação de preços supramencionada.

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



- 8.1.           Custo estimado total da contratação (explicitado no Item 3 - ANÁLISE do Informe 140 - Pesquisa de Preços (SEI nº [10923366](#)):
- 8.1.1.           Mensal de **R\$ 7.764,64 (sete mil setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)** e;
- 8.1.2.           Global, para 30 (trinta) meses, de **R\$ 232.939,20 (duzentos e trinta e dois mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos)**.
- 8.2.           A tabela abaixo contempla a consolidação mensal e global (30 (trinta) meses) do **Preço Estimado/Valor de Referência**, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, com fornecimento de material, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, nas dependências da Unidade Operacional da Anatel no Estado do Rio Grande do Norte (UO09.1), pelo período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado até 120 (cento e vinte) meses:

Item	Descrição do Objeto	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Parâmetro 1 (Painel de Preços)	Parâmetro 2 (Entes Públicos)	Parâmetro 3 (Planilha da Administração)	Valor Mensal Estimado (Média/parâmetros pesquisados)	Valor Total Estimado (Média/parâmetros pesquisados)
I	Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo todo o material necessário para a execução do serviço.	24023	Mês	30	8.958,46	6.503,34	7.832,13	7.764,64	232.939,20
Valor Total Estimado/Valor de Referência								7.764,64	232.939,20

9.           **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**
- 9.1.           A contratação da solução não será parcelada.
- 9.2.           A contratação vertente se dará por meio de agrupamento de itens, quais sejam eles, dos serviços de limpeza e conservação, juntamente com os materiais e equipamentos necessários à sua implementação.
- 9.3.           Uma vez que os serviços a serem contratados de limpeza e conservação são atividades similares, correlatas e complementares, e possuem interdependência entre si, não cabe neste caso o parcelamento do objeto.
- 9.4.           Do ponto de vista de gestão e da execução dos serviços, identificou-se que o agrupamento resultaria em mais eficiência na execução do objeto a ser contratado, além do potencial ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, redundando em economia para a Administração.
- 9.5.           O agrupamento dos itens a serem contratados é razoável já que possuem mesma natureza e guardam relação entre si, conforme disposto no Acórdão 5.260/2011 - TCU 1ª Câmara.
- 9.6.           O próprio Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário orienta que deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, citando como exemplo o próprio serviço de limpeza e conservação.
- 9.7.           Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos) assim dispõe:

Art. 40 - O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:  
(...)  
§ 2º - Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:  
(...)  
II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

Art. 47 -As licitações de serviços atenderão aos princípios:  
(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

(...)

9.8. A contratação separada dos serviços ocasionaria uma evidente perda de escala, visto que o custo operacional e administrativo seria maior no caso de parcelamento. Ainda, a opção por agrupamento em grupos de itens a serem adquiridos é considerada lícita, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.

9.9. Finalizando, diante das peculiares circunstâncias do caso concreto, considerou-se que a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em grupo único, com elementos de mesmas características.

#### 10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.0.1. Não há processos de contratação correlatos ou interdependentes a este processo.

#### 11. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. As diretrizes estratégicas da Anatel constam no [Plano Estratégico 2023 a 2027](#), publicado em novembro de 2022.

11.2. A Visão institucional da Anatel é definida no Plano Estratégico como sendo: "Ser uma instituição ativa na transformação digital no país, promovendo mercados dinâmicos com serviços de qualidade".

11.3. A Agência tem como missão "Promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício da sociedade".

11.4. O referido Plano Estratégico define ainda como valores: "Inovação Segurança Regulatória Foco em resultados e efetividade Construção Participativa".

11.5. Nesse sentido, verifica-se que a presente contratação se alinha na Perspectiva de Processos de Gestão Interna dentro do planejamento estratégico da Agência, ao(s) seguinte(s) objetivo(s):

##### **Perspectiva de Processos: Gestão interna**

##### **4C - Garantir a adequabilidade da infraestrutura interna e das TICs:**

*A Agência deve assegurar que todos os colaboradores possuam as ferramentas e as infraestruturas adequadas para trabalharem, buscando aproveitar oportunidades que porventura existam ou que venham a surgir para a automatização e digitalização de atividades.*

11.6. No mais, consigna-se que a presente contratação consta na lista de Projetos aprovados no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: GR09-34

#### 12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. Espera-se, assim, com essa contratação a garantia da prestação dos serviços ora intentados, com os preços mais vantajosos possíveis e requisitos de qualidade atualizados conforme as práticas de mercado e o atendimento aos normativos vigentes e, como benefícios diretos resultantes desta contratação, pretende-se manter um ambiente saudável, asseado e adequado para o bom desempenho das funções institucionais da Anatel, contribuindo, assim, com o desenvolvimento das atribuições legais e regimentais, voltadas às atividades finalísticas e ao alcance dos seus objetivos institucionais.

#### 13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente para execução contratual, em relação ao modelo que já é adotado.

#### 14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. Os possíveis impactos ambientais gerados pela presente contratação estão relacionados aos produtos utilizados para limpeza, ao descarte de suas embalagens e a outros resíduos gerados no decorrer do contrato. Nesse sentido, a Contratada deve adotar práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, bem

como práticas de sustentabilidade na execução dos serviços em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, no Ar. 5º da Lei nº 14.133/2021, assim como nas disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, no que couber.

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Assim, diante do exposto acima, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando sua adequação ao atendimento da necessidade a qual se destina, consoante o Inciso XIII, Art 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

Em cumprimento ao disposto no Inciso XIII, Art 9º da IN 58 de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME, e ao Inciso I do Art. 14 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, e pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Nunes Dantas Souza, Analista Administrativo**, em 29/12/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Livio Peixoto do Nascimento, Gerente da Unidade Operacional no Estado do Rio Grande do Norte**, em 05/01/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Wanderson Moreira Brito, Gerente Regional nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, Substituto(a)**, em 08/01/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **10923126** e o código CRC **AC5C5F29**.